

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) - Comunicação de Líder:** Sra.

Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas, servidores, público que aqui se encontra, aqueles que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Web, quero dizer que este projeto é ruim, ele continua sendo um projeto ruim, apesar de nele não constar a RDE, já é um avanço que nós conquistamos em dois períodos de votação neste plenário, onde o governo viu que mexer nos regimes não teria como. Agora, ele pode dar uma melhorada se nós

construirmos no plenário com emendas. Nós já estamos com 21, 22 emendas. Eu acho que ele pode dar uma melhorada. Construir com emendas: tem emendas do Ferronato, tem emendas do MDB, tem emendas do PRB, tem uma série de emendas. Agora mesmo o Poder Público apresentou uma emenda, tem uma série de emendas que eu acho que dá para a gente aperfeiçoar e construir alguma coisa nesse projeto.

O art. 6º enterra o projeto de vez; ele prevê, em Lei Complementar, a criação de gratificação, criação de regimes, de percentuais diferenciados de salários. Então, se é para nós termos o art. 6º, que é um verdadeiro “trenzinho da alegria” que terá o gestor público, seja o atual, o futuro ou outro, eu acho que não tem por que nós aprovarmos esse projeto, já que nós estaremos, muitas vezes, punindo quem atende lá na ponta, quem ajuda a população na área da assistência social, na área da saúde, da educação, da segurança. Nós não podemos dar um cheque em branco. Há questões também que não foram respondidas ainda. Quem irá pagar a conta? Nós estamos falando muito sobre a população de Porto Alegre, mas até hoje a Procuradoria-Geral do Município não deu uma garantia na questão do direito adquirido. Só fala, mas ninguém deu uma garantia. Quem vai pagar essa conta, nós, a população de Porto Alegre? São os trabalhadores? Porque se me faltam quatro, cinco meses para incorporar as algumas das coisas que querem tirar – FG, quinquênio, triênio, seja lá o que for –, isso me dá o direito de ir à Justiça buscar, porque eu entrei numa regra e quero estabelecer essa regra.

Quero dizer que construí minha história toda, minha trajetória toda desde os meus 16 anos de idade sentando à mesa e negociando – é assim que as coisas são feitas. Falava ainda há pouco na Rádio Guaíba que se nós tivéssemos negociado com o Congresso Nacional, com certeza, hoje, os trabalhadores brasileiros, num todo, estariam trabalhando somente 40 horas semanais; se nós tivéssemos feito, lá atrás, a reforma na Previdência,

com certeza, não estaríamos sendo ameaçados, hoje em dia, de não conseguir mais nos aposentar, sendo que a grande reforma ninguém fala em fazer: não pode uma pessoa receber R\$ 5 mil e pagar 27% de imposto de renda. Não pode! Pode fazer a reforma que fizer, se não fizer a reforma tributária onde onera a população, onde onera as pessoas, não vamos chegar a lugar nenhum, e principalmente cobrar de quem deve, cobrar de quem deve para o Estado, para a União e principalmente para o Município. Nós não podemos querer que a população, no final das contas é a população e os servidores, paguem as dívidas dos maus pagadores.

Então, reafirmamos aqui, Sra. Presidente, que se houver uma construção – e este plenário é soberano – das emendas, dá para a gente melhorar este projeto, quem sabe uma construção com todo esse plenário, com as bancadas, com os municipais, com os servidores da Casa, com toda a população de Porto Alegre, nós poderemos ter uma lei futura boa não somente para o servidor, mas principalmente para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Texto sem revisão final.)